



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba

ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

O DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA EM SALA DE AULA: UMA EXPERIÊNCIA COM PROFESSORES E ALUNOS

SILVA, Rita de Cássia da
Doutoranda do Programa de Pós-
Graduação em Educação Escolar
UNESP/Campus de Araraquara-SP.





Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba
ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

RESUMO

Para muitos professores, a aprendizagem e o ensino só acontecem se houver silêncio e imobilidade. Levantar-se da carteira, querer falar, ler a resposta em voz alta, fazer perguntas podem ser vistos como desorganização e indisciplina. Os professores ignoram que a atividade do aluno envolve processos físicos e mentais. A criança aprende e pensa se movimentando. Interpretar os movimentos e a conversa como indisciplina às vezes pode ser um equívoco, pois as crianças podem pensar falando e se movimentando. Pensando nestas questões realizamos uma ação/intervenção numa escola pública de ensino fundamental da rede estadual. Promovemos discussões com alunos de uma 7a. série e com seus professores simultaneamente, com o objetivo de refletir sobre a autonomia e heteronomia. O diagnóstico feito nas reuniões semanais com os professores apresentou muitas reclamações da classe, uma descrença sobre a possibilidade de reverter a indisciplina e de trabalhar a autonomia. As discussões com alunos e professores que realizamos semanalmente teve como intuito reverter estas crenças. Concluímos ser a reflexão e o confronto de idéias um caminho para melhorar as condições de vida na escola e para a aquisição da autonomia. As interações podem fluir com maior suavidade quando os alunos forem sujeitos co-construtores e co-transformadores das regras escolares.

Palavras-chave: Autonomia – Heteronomia - Indisciplina - Escola

ABSTRACT

For many teachers, the learning and the teaching only happen if there will be silence and immobility. To get up of the desk, want to speak, read the answer aloud, do questions can be seen with unorganized and indiscipline. The teachers ignore that the student's activity involves physical and mental processes. The child learns and she thinks moving. To interpret the movements and the chat talk to with indiscipline can sometimes be a misunderstanding, because the children can think speaking. Thinking of these subjects accomplished an action/intervene in a first public school of teaching of the state net. We promoted discussions with students of grade 7th and with teachers simultaneously, with the objective of contemplating on the autonomy and heteronomy. The diagnosis fact in the weekly meetings with the teachers presented many complaints of the class, a disbelief about the possibility of reverting the indiscipline and of working the autonomy. The discussions with the students and teachers that we accomplished weekly had as purpose to revert these faiths. We concluded to be the reflection and I confront of ideas a way to improve the life conditions in the school. The interactions can flow with larger softness when the students will be subject co-manufacturers and co-transformers of the school rules.

Word-key: Autonomy - Indiscipline - Heteronomy - School



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba

ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

INTRODUÇÃO

Este trabalho teve o intuito de contribuir com uma escola estadual na reflexão sobre a questão da disciplina/indisciplina em sala de aula. Em especial, nosso objetivo foi o de trabalhar com alunos e professores de uma classe de 7ª série a questão da autonomia e refletir sobre a possibilidade de promover uma relação menos heterônoma e mais autônoma em sala de aula. Pensando nesta questão, realizamos uma pesquisa e intervenção numa escola pública de ensino fundamental da rede estadual, localizada numa cidade do interior paulista¹.

O presente artigo apresenta o relato dessa experiência, que procurou unir os dois segmentos (alunos e professores) na discussão e solução de problemas relacionados à indisciplina que se refletiam na sala de aula. Representa uma alternativa baseada nas idéias piagetianas de autonomia e heteronomia e surgiu a partir de discussões com os professores em horário de HTP nas assessorias que a eles eram ministradas.

A partir de um contato com uma escola de 6ª a 8ª séries do ensino fundamental da cidade de Brodowski para desenvolver meu estudo de doutorado, foi-me solicitada uma assessoria para os professores que aí ministravam aulas. O trabalho desenvolvido com os professores desta escola teve apoio e incentivo por parte da direção e contou com a participação e ajuda da coordenadora pedagógica em todas as etapas do trabalho. Os professores encontravam problemas com uma classe de 7ª série, tida como a pior da escola naquele período em termos de indisciplina e de aprendizagem.

Sendo o problema da indisciplina um problema geral nas escolas e com várias formas de intervenção sob diferentes perspectivas, procuramos uma alternativa que tivesse como fundamento a busca de autonomia por parte dos alunos. Assim, nossa reflexão tanto com os professores como com os alunos, teve como pano de fundo as

¹ A experiência narrada neste artigo foi apresentada na XXXIII Reunião Anual da SBP em Belo Horizonte em outubro de 2003.



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba
ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

idéias de Piaget. Para melhor caracterizar o nosso trabalho de intervenção em sala de aula, há a necessidade de, inicialmente, fazer algumas conceituações das idéias que fundamentarão as reflexões aqui realizadas.

AS REGRAS E A (IN)DISCIPLINA NA ESCOLA

1 – A importância da autonomia na sala de aula

As escolas em geral têm a disciplina como um pré-requisito para a aprendizagem. Para muitos professores, a aprendizagem e o ensino só acontecem se houver silêncio e imobilidade. Levantar da carteira, querer falar, ler a resposta em voz alta, fazer perguntas podem ser vistos como desorganização da sala e indisciplina do aluno. Muitas vezes os professores ignoram que a atividade do aluno envolve processos físicos e mentais. A criança aprende e pensa se movimentando, é pensamento e ação ao mesmo tempo. Interpretar os movimentos e a conversa como indisciplina pode ser um equívoco do professor, pois as crianças muitas vezes estão discutindo entre si os resultados de um exercício, ou perguntando o que o colega entendeu da explicação na lousa ou da explicação do professor. A criança pode pensar falando e não apenas quando está “quieta”.

É necessário que os professores distingam o que é disciplina e o que é indisciplina. Algumas vezes são as condições de trabalho do professor que não favorecem a disciplina na sala de aula. As condições de trabalho a que o sistema sujeita professores e alunos são ruins, pois são muitos alunos numa classe, e às vezes a sala é pequena, com um programa que precisa ser cumprido pelo professor num tempo determinado, com alunos às vezes sem pré-requisitos. Somado a outras más condições de trabalho, tudo isso amarra e compromete a interação em sala de aula. O tempo acaba sendo um problema para o professor, que tem certa quantidade de conteúdo e precisa passá-lo naquele dia.



Os professores vivem tomando inúmeras decisões que afetam seus alunos e essas decisões dependem de seus objetivos. Se a preocupação é manter uma classe bem comportada e silenciosa, os alunos reagirão de uma dada maneira em sala de aula; e se, por outro lado, a preocupação é formar cidadãos responsáveis, independentes e que possam pensar por si mesmos, então, reagirão de outra maneira em sala de aula.

Quando o professor permite que os alunos exponham e discutam os seus pontos de vista, ele está ao mesmo tempo permitindo que conflitos e confrontos de idéias apareçam e possam ser resolvidos. Isso contribui para que um ambiente sócio-afetivo e intelectual se desenvolva e favoreça o aprendizado. O clima da classe pode melhorar quando o professor entende o que é autonomia e como ela pode ser trabalhada com a classe.

Autonomia, segundo Kamii & DeClark (1988), significa ser governado por si mesmo. A palavra vem do grego autos = ele mesmo; e nomos = lei. É o oposto da heteronomia, também do grego heteros = o outro, que quer dizer ser governado por outra pessoa. Até uma certa fase, as crianças necessitam do adulto, pois são dependentes e heterônomas. Precisam da orientação e da ajuda do adulto, já que não conhecem todas as verdades e nem todos os perigos. Mas as crianças, à medida que crescem, vão se tornando cada vez menos heterônomas. À medida que ela aprende a governar a si mesma, a ser responsável, ela será menos governada por outras pessoas.

Kamii & DeClark, (1988) afirmam que para Piaget, os adultos podem reforçar a heteronomia natural da criança quando usam o sistema de punição e recompensa e incentivam o desenvolvimento da autonomia quando trocam pontos de vista com a criança. As crianças que obedecem só para conseguir algo em troca e as crianças que são boas só para não serem punidas se mantêm heterônomas. A autonomia, de acordo com Piaget, tem um aspecto moral e outro intelectual. A autonomia em seus aspectos moral e intelectual depende da aprendizagem, do confronto de idéias e do respeito. O



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba
ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

aspecto moral é aquele sentido do dever que cresce na criança. O sentimento de dever nasce da necessidade de manter-se numa relação amistosa, nasce do respeito às suas idéias e, quando num contexto de brincadeira, da necessidade de permanecer nela. Já o aspecto intelectual nasce na própria confrontação de pontos de vista. A aquisição do conhecimento, das regras, por exemplo, não pode ser internalizada diretamente do meio ambiente, precisa, sim, ser relacionada com as coisas que a criança já sabe. Para desenvolvermos a moralidade da autonomia precisamos incentivar as crianças a construírem por elas próprias seus valores morais. Mas devemos fazer isso no confronto de idéias.

A autonomia intelectual pode ser vista na esfera escolar. De acordo com Kamii & DeClark (1988, p. 68), a autonomia intelectual, como no domínio moral, “significa ser governado por si mesmo, tomar decisões próprias e agir de acordo com a verdade. Enquanto que na autonomia moral aparecem questões de certo-errado, aqui, na autonomia intelectual aparecem questões de verdadeiro-falso”. Na busca do certo ou errado a criança quer saber o que é bom e o que é ruim, e na busca do que é falso e o verdadeiro a criança quer ter o conhecimento sobre a verdade e a mentira; no primeiro está o sentimento de dever e no segundo o desejo de conhecimento das coisas.

A heteronomia no campo intelectual significa seguir a opinião de outra pessoa, não ter sua própria maneira de ver as coisas. A autonomia, no entanto, apesar de fazer parte do crescimento, precisa ser incentivada e ensinada. A autonomia moral pode se desenvolver quando as idéias da criança forem levadas a sério na tomada de decisões e a autonomia intelectual pode se desenvolver quando todas as idéias, inclusive as erradas, são respeitadas. As crianças aprendem mudando velhas idéias e não só com a acumulação de informações. A coordenação de pontos de vista leva à construção de conhecimento, de acordo com Piaget (1994).



A autonomia começa a se desenvolver quando a criança tem respeitadas suas idéias, quando constrói regras próprias e é capaz de obedecer às regras de convivência. As regras fazem parte da autonomia. A criança se torna responsável quando percebe que o mundo lhe impõe certas leis e regras para a sua sobrevivência. Para uma discussão sobre as regras nos reportamos ao texto de Macedo (1993), que faz comparações entre leis e regras.

2 - A lei e as regras

Segundo Macedo (1993), é possível fazer uma comparação entre leis e regras, distinguindo-as umas das outras. A lei ordena o desejo. O ser humano sempre busca a satisfação do desejo. O desejo é a vontade de possuir, é anseio, é aspiração, também cobiça e ambição, é apetite. O desejo nem sempre conhece limites e tampouco os quer. Mas, o desejo nem sempre pode ser realizável. A função da lei é traçar os contornos dessas satisfações; ela tem o papel de traçar limites, de dar formas permitidas, de ordenar.

A lei vale para todos, tem valor transcendental. As leis são históricas e motivadas. O que pode ameaçar a saúde, a sobrevivência e a harmonia de uma sociedade precisa ser interrompido, estruturado de outra forma, regulado e aplicável a todos os seus integrantes. Cria-se a necessidade de fixar limites para o desejo e até proibições quando a sobrevivência está ameaçada. A lei também fixa os limites, as circunstâncias em que a culpa é maior ou menor, por isso há todo um corpo de jurisprudência, advogados e juizes.

De acordo com o Dicionário Aurélio, a lei se refere à regra de direito ditada pela autoridade estatal e tornada obrigatória para manter numa comunidade a ordem e o desenvolvimento. Também consiste em um conjunto de normas elaboradas e votadas pelo poder legislativo. É uma condição imposta pelas coisas e circunstâncias. É uma obrigação imposta pela consciência e pela sociedade. É norma, princípio, preceito,



regra. A lei quando é desconsiderada, gera culpa. A lei é conservadora, seu propósito é a tradição, a eliminação do que ameaça a sobrevivência física ou social do sistema.

A regra ordena a relação. Segundo Macedo (1993), ela tem a função de realizar uma coisa por intermédio de outra, ou seja, mantemo-nos numa relação respeitando as idéias de cada um. Elas tendem a ser mais amplas. São arbitrárias, independem da lei, mas dependem da decisão do indivíduo; e são convencionais, ou seja, coletivas. Nas regras há uma necessidade interna no indivíduo de obediência. As regras quando são desconsideradas geram sentimentos de vergonha ou de inferioridade. De acordo com o dicionário Aurélio, a regra é aquilo que regula, dirige, rege ou governa. É aquilo que está determinado pela razão em primeiro lugar, depois pela lei, pelo costume, preceito, princípio, norma. É também uma fórmula que indica ou prescreve o modo correto de agir, pensar, raciocinar.

Comparando a lei e a regra, temos que a lei tem um valor negativo, mesmo que sua formulação possa ser positiva; as regras, mesmo quando têm uma formulação negativa, sempre têm um valor positivo, segundo Macedo (1993). Por ser assim, a lei leva ao desejo de transgressão e a regra ao desejo de obediência. A lei tenta evitar o que não pode mais ser, e é isso que seduz as pessoas e os grupos a transgredirem-na. Há uma certa necessidade de transgredir certos limites exatamente porque são proibidos.

Já nas regras o que seduz, o que anima as pessoas, é exatamente o contrário, a obediência, o seguir corretamente. Mesmo havendo transgressores, a transgressão não funciona. Por exemplo, num jogo, quando alguém rouba, a vitória não vale, porque o transgressor sabe que é falsa. Se os outros jogadores descobrem o roubo, eles deixam de jogar com ele. É por isso que o que seduz nas regras é justamente ganhar dentro de seu contexto. O desafio é ganhar o jogo obedecendo a todas as regras.

As leis são construídas e transformadas pela sociedade (suas modificações são muito lentas e estão sempre longe de nós). Já as regras, ainda que dadas, devem sempre



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba
ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

ser atualizadas ou construídas nas relações. Assim, as leis são dadas pela autoridade e as regras, construídas nas relações.

As leis enquanto dadas são impostas, as regras, enquanto construídas ou atualizadas, necessitam de consentimento. As regras são transformadoras e pedem-nos o tempo todo a consideração de que se tornou possível no sistema. A lei tem um aspecto mais moral e as regras um aspecto ético. A moral ensina como e por que fazer correto, a ética ensina como e para que fazer o bem.

Assim, enquanto a lei é regulada pela autoridade estatal e é, portanto, heterônoma, a regra necessita de uma regulação interna e, assim, podemos dizer que ela é autônoma. É o indivíduo que, por uma necessidade interna, busca a obediência a regra. É ele que decide, dirige, rege e governa a si mesmo, segundo as regras das relações.

3 . O Respeito e a ética da reciprocidade

É difícil fazer uma distinção entre moral e ética e nem sempre é possível fazê-la. Entretanto, de acordo com a filosofia, podemos identificar a moral como um sistema de mandamentos e proibições e a ética com a discussão de tais mandamentos e proibições e suas razões de ser. Os preceitos são de natureza moral e à medida que perguntamos por tais preceitos, se são bons ou maus e o que os fundamenta, estamos no domínio da ética. Numa postura ética fazemos indagações filosóficas acerca da moral, estas indagações por vezes são: quais as conseqüências de certas ações? Qual o seu efeito? E qual a intenção por traz de certas ações? Segundo Kesselring (1993), para Piaget o interessante é conhecer o desenvolvimento da conseqüência moral sobre o pensamento ético das crianças. Numa perspectiva psicológica, o desenvolvimento do respeito a tais regras poderia ser interessante para a escola. As discussões a respeito das regras colaborariam para o desenvolvimento de uma ética baseada na reciprocidade. Reciprocidade no sentido de respeito mútuo. Quando o respeito não abrange os dois lados, respeito ao



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba
ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

professor e a escola e respeito também ao aluno, temos o unilateralismo (respeito somente do aluno para com os adultos e para com a instituição).

O respeito é um conceito também decisivo para o desenvolvimento do juízo moral para Piaget. O respeito pelos homens e o respeito pelas normas. O respeito consiste em quê? O respeito é um sentimento em que se conjugam o temor e o amor. Respeito em primeiro lugar pelos adultos com que as crianças se relacionam, que podem ser os pais ou educadores e aos poucos pelas normas e modelos que os adultos inculcam como exemplos a serem vividos e obedecidos. As crianças sentem que têm um dever com as ordens que recebem de pessoas respeitáveis. Até uma certa idade, elas obedecem sem maiores indagações, obedecem por coação. A coação consiste em habituar a criança a observar certas regras e regularidades, obedecer antes de entender as razões disso. Depois de uma certa idade, as crianças já indagam as razões de ser de certas regras, já não obedecem por coação e sim pela necessidade de se organizar num mundo cada vez mais complexo.

Na primeira infância, o respeito é unilateral; já num segundo momento, este respeito tende a se tornar recíproco. A criança desenvolve a capacidade de se colocar racionalmente no ponto de vista de outras pessoas, já tem a capacidade para a troca de perspectivas sociais. Ela descentra com relação ao próprio eu e percebe que o seu não é o único ponto vista. Isto quer dizer que a criança precisará colocar-se numa perspectiva que se coordene com outras perspectivas. Uma norma é boa quando satisfaz as leis da reciprocidade, segundo o pensamento piagetiano. Numa relação em que a autonomia é estimulada, o dever tem um caráter mútuo e não unilateral. A teoria piagetiana do equilíbrio ressalta que há uma necessidade no ser humano de ser respeitado pelas pessoas e um temor moral de decrescer na consideração do indivíduo respeitado. Preocupamo-nos com as expectativas que o outro tem a nosso respeito, por isso, tememos perder sua consideração.



Uma forma de trabalhar com os alunos a autonomia moral, o respeito às regras, é levá-los a ter consciência da necessidade destas regras. Para tal, é necessária a reflexão sobre as mesmas e com uma atitude reflexiva baseada na reciprocidade e não no unilateralismo. Agindo assim estamos promovendo o desenvolvimento da autonomia intelectual do aluno. A reflexão estimula a inteligência. A inteligência refletida, segundo Chakur (2002), é condição para a compreensão e explicação daquilo que a realidade aparente e a experiência imediata manifestam. De acordo com a autora,

“Enquanto o conhecimento comum, adquirido na experiência imediata, prende-se à compreensão local e à crença de que são verdadeiras as aparências das coisas, a inteligência refletida ultrapassa os dados da experiência imediata, corrigindo as deformações derivadas das concentrações em direção à compreensão objetiva do mundo” (CHAKUR, 2002, p. 8).

Levar à reflexão, ou seja, desenvolver a inteligência refletida, é um trabalho onde a reciprocidade se manifesta na sua melhor forma. Do contrário, podemos colaborar com uma reciprocidade para o que é negativo. Existem comportamentos sociais opostos entre si, como a cooperação, a competição e a briga. A competição pode ser saudável quando ela não contradiz a cooperação e pode ser ruim quando explora a concorrência e coloca os alunos uns contra os outros. Estimulamos, assim, as brigas entre os alunos ou entre grupos de alunos. E podemos até levar os alunos a se unirem naquilo que consideramos anti-social ou antiético.

4 - A escola e suas regras (ou leis)

Para uma discussão sobre o problema da disciplina e indisciplina, é necessário levar em consideração como a escola trabalha as regras com os alunos. A escola possui as suas leis e suas normas e, para sua sobrevivência, precisa delas. No entanto, o discurso dos professores na sala de aula já não pode ser o da lei, porque a sala de aula deve se reger pela lógica das relações e não da lei. Para alcançar uma boa convivência em sala de aula, para que os alunos estejam interagindo uns com os outros e com o



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba
ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

conhecimento, é necessário que eles tenham concordado e decidido que assim deve ser. Enquanto os alunos precisarem da regulação externa, pouco eles aprendem. O professor às vezes passa mais tempo mandando o aluno parar de falar, sentar na cadeira ou parar de bagunçar, do que ensinando. Os alunos podem passar mais tempo bagunçando do que aprendendo.

O sistema atual de punição na escola já não funciona mais e não é de hoje. As punições estão associadas à lei imposta pelo sistema escolar e os alunos mais gostam de burlar estas leis do que obedecê-las. São leis colocadas pelo próprio sistema, pela direção da escola e pelo professor. Como exemplo, temos: horário de entrada, de recreio e de saída; a disposição dos alunos na escola e nas classes; o número de alunos por classe; o número de classes em horário matutino e o número no vespertino. Todas essas decisões estão por conta da escola, os alunos não decidem sobre isso. E existem outras restritas à esfera comportamental: nem sempre os alunos podem sair para ir ao banheiro; só pode ir um de cada vez; não podem fazer perguntas enquanto a matéria está sendo exposta, etc. Essas decisões também não são discutidas com os alunos e por isso são tidas como leis que a escola e os professores impõem. Quando o aluno vem para a escola, as regras já estão prontas, estão dadas e, na maioria das escolas, nunca se discute com os alunos essas regras, sua necessidade para a organização da escola. O que vemos muitas vezes são professores brigando com seus alunos para que eles obedçam às regras porque é assim que eles devem se comportar na escola, ou seja, eles devem obedecer às regras da escola como se elas fossem imutáveis e fossem sua finalidade primária.

Há um aspecto social e afetivo na indisciplina, ou na desobediência, que tem várias faces, sobretudo a política. Abaixar a cabeça e obedecer às ordens podem refletir a reprodução das relações sociais de denominação. A desobediência às regras pode estar revelando um sujeito social ativo que não aceita ser plenamente dominado.



Segundo Dias-da-Silva (1997), muitas vezes as tentativas de controle intrínseco são infrutíferas e o controle externo se torna algoz. Acaba-se punindo os alunos através das notas. As notas tornam-se não mais uma avaliação da aprendizagem e sim uma modalidade de controle da classe. Ela é usada para incentivar e para ameaçar os alunos. Alguns até se assustam e por medo procuram se controlar na sala; outros não se intimidam e ficam com mais raiva ainda; a rebeldia acaba aparecendo como uma resposta às intimidações dos professores.

A indisciplina não deixa o professor dar a sua aula, andar com a matéria e como falar apenas não traz resultados, a punição é imperiosa: manda-se o aluno para a sala do diretor, chama-se os pais, faz-se ocorrência, tira-se o horário de educação física do aluno. Um exemplo de punição é deixar o aluno em horário de recreio ou de educação física em sala de aula para “escrever a teoria”. Aquilo que deveria ser o motor da aprendizagem passa a ser a punição, acaba sendo uma medida antipedagógica e os alunos acabam por detestar as aulas teóricas. O que deveria ser a finalidade da escola, ou seja, transmitir os saberes e as teorias aprendidas e acumuladas através da cultura, deixa de sê-lo para os alunos e, ao contrário, passa a ser rejeitado por eles.

Quando respeitamos a perspectiva do aluno e com ele refletimos sobre as regras, a aprendizagem flui e as idéias que eles explicitam são tão importantes quanto nossos ensinamentos. Os alunos são capazes de pensar sobre a necessidade das regras e de uma boa interação em sala de aula. Classes que bagunçam muito às vezes estão pedindo ajuda para obter o controle. Alguns alunos até chegam a dizer “eu quero parar, mas não consigo”. Essa ajuda não pode vir de punições, simplesmente, ela precisa vir de um longo processo de reflexão com os alunos. Longo porque é ao longo dos anos escolares que precisa acontecer esta reflexão. Por isso os alunos precisam do professor, a função do professor continua sendo primordial, mas não como uma autoridade para punir, e sim como alguém que, por ter controle, consegue ajudar a classe a se controlar para



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba
ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

aprender. Essa ajuda só pode vir das discussões sobre as regras e do confronto dos pontos de vista. Os professores precisam construir com os alunos as regras de convivência em sala de aula, retomá-las sempre e mobilizar a própria classe para que ela pressione aqueles que as esquecem, evitando, assim, que cada vez mais as regras sejam burladas.

5. A escola em questão e suas necessidades disciplinares

Temos dentro da escola de hoje alunos que desacatam o professor, que ameaçam os colegas, que são agressivos, que não querem se envolver com a aprendizagem. Foi pensando neles, que realizamos este trabalho sobre a autonomia na escola. Desenvolvemos um trabalho sobre autonomia numa escola pública da rede de ensino estadual de 6ª a 8ª série, abordando a questão da autonomia com um grupo de professores, durante o período de agosto de 2002 a agosto de 2003. A necessidade de trabalhar com o problema da indisciplina na sala de aula surgiu depois que nos dispusemos a conhecer a realidade da sala de aula onde esses professores trabalhavam sob nossa orientação. A discussão sobre a autonomia como uma das finalidades da educação mobilizou o grupo de professores para uma ação mais efetiva com os seus alunos.

O trabalho teve três focos que aconteceram simultaneamente. Um abrangeu os professores com reflexão e discussões sobre os problemas disciplinares nesta escola e outra parte abrangeu os alunos de uma sétima série. Uma terceira parte foi com os alunos em sala de aula, com dinâmicas e bate-papos de modo a definir em conjunto um modo de implantar um novo sistema disciplinar. Para isso foram sendo realizados encontros com professores e alunos para discussão sobre qual a finalidade da escola e o significado de autonomia.

O trabalho teve início no ano de 2002 com 10 professores de várias disciplinas e 44 alunos de uma 7ª série, continuando no primeiro semestre de 2003 com essa mesma



classe, já na 8a série. Era nossa intenção, a partir da experiência com esta classe, estender o trabalho para a 6a, 7a e demais turmas de 8a série. No entanto, em agosto de 2003 a escola foi municipalizada, mudando a direção e a coordenação. O trabalho de assessoria ficou parado desde então.

Para iniciar o trabalho, foi realizado um diagnóstico com professores e alunos. O diagnóstico com os professores ocorreu em reuniões semanais com reflexão sobre os problemas de sala de aula. Com os alunos, recorremos, inicialmente a um questionário elaborado pela psicóloga e pela coordenadora e aplicado por esta última; em seguida, fizemos uma entrevista individual (primeiramente, depois deles terem preenchido um questionário, elaborado pela psicóloga e pela coordenadora e aplicado por esta última); por último, procedemos a uma reflexão com esses alunos sobre o que significa ter responsabilidade para consigo mesmo, para com o colega, para com a classe e para com a aprendizagem.

Utilizamos, portanto, como instrumentos um questionário com questões objetivas e espaço para comentários de 9 questões (com respostas: sim, não, mais ou menos e espaço para comentários), aplicado aos alunos; um roteiro de entrevista semidirigida aplicado também aos alunos; e dinâmica de grupo com alunos e com professores.

Os procedimentos foram os seguintes:

Com os alunos: Em 2002, aplicamos o questionário para conhecer suas necessidades e problemas que tinham em sala de aula. As respostas foram analisadas, sistematizadas e quantificadas por semelhanças e diferenças. Em seguida, realizamos entrevistas individuais enfocando os problemas levantados no questionário e, posteriormente, realizamos reuniões semanais com a classe.

Com os professores: Simultaneamente às entrevistas com os alunos, trabalhamos em reuniões com os professores, discutindo as respostas dos alunos com o intuito de



entender o por quê de cada uma delas. Procuramos refletir com os alunos e professores a questão da autonomia, de modo que cada um pudesse se ver no lugar do outro. Por exemplo, colocamos o professor no lugar do aluno, numa sala superlotada, muito quente, com pouca ventilação e sem conseguir ouvir as explicações; e os alunos tiveram que tentar dar uma aula para os colegas da classe.

Apresentaremos em seguida os resultados obtidos com o questionário e entrevista dos alunos. No questionário (que nem todos responderam), desejávamos saber, por exemplo, se o aluno gostava ou não da escola, quais as suas dificuldades; havia, também, espaço para comentários e sugestões, mas acabaram aparecendo mais reclamações do que sugestões. Os dados indicam que é falsa a crença de que o aluno não gosta da escola. Encontramos 5 alunos que “não gostam de ir à escola”, 20 que “gostam mais ou menos” e 10 que “gostam da escola”.

As dificuldades apontadas encontram-se nas disciplinas de Inglês, Matemática, História e Artes. As reclamações dos alunos se referem mais aos professores – suas atitudes e modo de dar aula – do que às matérias escolares e à “bagunça” da classe.

Alguns depoimentos dos alunos no questionário merecem destaque:

“A professora de (...) parece que chupa limão. Todo dia ela chega na classe gritando”.

“Tem muita cópia”.

“Eu converso demais, quero parar e minha classe é bagunceira, é uma desgraça ambulante”.

“A professora de (...) é desagradável”.

“A professora grita com os alunos”.

“Os professores devem ser mais rígidos e um pouco mais calmos”.

“Parem de gritar um pouco e ensinem mais”.

“Ensinem para a classe toda e não só para os da frente”.

“Trocar a professora de (...)”.



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba
ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

“Os professores deviam ser do tipo da Dona de (...), eu entendo tudo o que ela fala”.

“A professora de (...) explica muito rápido”.

“Mais exigências, castigos piores - os alunos gostam dos castigos - sejam mais severos”.

“Eles deveriam arrumar uma classe para os piores alunos”.

“Deveriam dar aulas que não cansam e que não dão dor de cabeça na gente”.

“Que os professores parem de dar sermão porque não adianta e parem de gritar e tomem atitudes mais adequadas”.

“As aulas deveriam ser diferentes”.

“Os professores deveriam ser mais amigos e não ficar só dando ferro, mas vir à classe e perguntar o que está acontecendo”.

“Às vezes eu não entendo e aí faço bagunça”.

“Eu tenho dificuldade de entender”.

“Eu não sei quase nada”.

“Tirem a professora de (...)”.

Os depoimentos acima são literais e foram escolhidos alguns, para representar questões diferentes colocados pelos alunos, como por exemplo, reclamação de professores, reclamação da didática do professor e dificuldades do aluno. Os parênteses foram colocados no lugar das disciplinas que lecionam o professor, alvo da crítica do aluno para preservar sua identidade.

Quanto aos resultados da entrevista com os alunos, os seguintes depoimentos são significativos:

Afonso – “Eu tentei parar, mas não consegui porque a classe não pára. O professor deve pegar no pé. Tem que marcar ocorrência.”

Plínio – “Deve separar os alunos. Tem que ter punição. Chamar os pais. Fazer uma reunião com pai e aluno.”



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba
ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



Vânia - “Muita conversa. Tem que conscientizar que estão errados. Tem que punir. Dar uma ocorrência. Chamar os pais. Dar três dias de suspensão. Tem que trazer o pai e colocar na classe na frente dos alunos e falar para eles.”

Fernanda – “São os alunos não são os professores. Os professores são bons. Precisa de professores mais rígidos. Tem que separar de sala. Os alunos gritam muito e os professores também precisam gritar.”

Marta – “Muita conversa. Deixar um aluno responsável para ver quem está conversando e avisar o professor para ele colocar para fora. Acho que os pais têm que vir assistir as aulas. Não vai reprovar mesmo então ninguém estuda. Deve deixar sem Educação Física e sem recreio.”

Joelma – “Eu não consigo parar de conversar. O professor precisa me mudar para frente.”

Emilia – “Uma aluna me falou que não está preocupada porque no fim do ano vai passar mesmo.”

Carla – “Os professores tratam a gente como se fôssemos presidiários, eu me sinto assim com ela.”

Alex – “Só vai parar a bagunça quando cada um começar a se olhar. A gente só vai aprender quando começar a ser punido, precisa ser mais severo o professor. Só ser legal as pessoas não valorizam. O professor tem que ter mais autoridade. Tipos de punição: tirar a aula de Educação Física, chamar os pais, ir aumentando as punições. O mundo sem regras não funciona.”

Sandro – “Melhorar a ventilação. O sistema de ocorrência pode ajudar.”

Magda – “Precisa ter mais conscientização por parte dos alunos.”

Matias- “Tem mais grito do que explicação.”

Cleusa – “Se eu fosse professor eu estaria no fundo do poço. Os alunos precisam aprender a respeitar os professores. Precisamos acreditar em nós mesmo para melhorar.”



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba

ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

Dimas – “Mandar os alunos que tem problema para o psicólogo. Não precisa punir ainda não chegou a este ponto.”

Ângela – “A gente quer parar de conversar. A gente quer, mas às vezes não dá. Se eu quiser parar, tentar, aí não dá porque os outros não param. Mas eu não tenho conseguido fazer isso. Sugestão: separar os alunos para melhorar.”

Lembramos que também aqui, os depoimentos são literais e os nomes fictícios, para também preservar a identidade do aluno.

6 – Trabalhando a disciplina e a autonomia com professores e alunos

Juntamente com os professores, analisamos os dados do questionário e das entrevistas. Os dados nos mostraram que a classe não tinha limites e não sabia como estabelecê-los. A classe era muito desorganizada e desunida, havia muita competição entre os alunos, o que gerava rivalidades. Os alunos que não conseguiam aprender e, conseqüentemente, não conseguiam se disciplinar sentiam muita raiva dos que conseguiam. Segundo os professores, o espaço físico era bastante precário, a sala era pequena para os 44 alunos, a ventilação era muito ruim. No verão, o sol entrava pela janela de vidro, que não tinha cortinas. A porta da sala era fechada e os alunos disputavam espaço nas carteiras que são contempladas pelo ventilador. Quando a classe ficava muito tumultuada, alguns professores desligavam o ventilador como punição, o que tornava impossível continuar o trabalho. Alguns alunos sentiam dor de cabeça devido ao barulho e ao calor.

Pontuamos nas reuniões com os professores a falta de limite, a necessidade que eles manifestam de controle (autocontrole), a antipatia sendo reforçada, a rivalidade dentro da classe e a dificuldade em aprender (alunos que não entendem a matéria e bagunçam), a postura de professor considerada adequada pelos alunos e a rigidez de alguns alunos que exigem mais severidade por parte dos professores. É como se as



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba
ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

punições até agora fossem muito brandas. Pontuamos, também, com os professores, nas reuniões semanais, as dificuldades dos alunos em compreender as explicações sobre as matérias o procedimento que alguns deles empregavam e a falta de afetividade dentro da classe.

Além desses pontos, discutimos as punições que os alunos sugeriram nas entrevistas. Nos questionários, os alunos tiveram mais liberdade de falar sobre as matérias que não entendiam e sobre os professores que eles consideravam maus profissionais. Na entrevista, eles se detiveram mais no problema da indisciplina da classe e como punir os alunos bagunceiros. Vale lembrar que os alunos considerados os mais indisciplinados não só não conseguiam se ver desta forma como faziam sugestões de punições bastante severas. O modelo de punição foi o único apresentado pelos alunos. Parece que eles aprenderam bem o que a escola queria, ou seja, se você não se comportar, deverá pagar alguma pena por isso. Nenhum aluno foi capaz de citar algum trabalho alternativo ao da punição. Nem mesmo os professores foram capazes de citar outro modelo sem ser o de punição. Os alunos reproduziam bem o que a escola lhes ensinou.

Além dessas questões, foi possível refletir sobre a dificuldade que os alunos têm de autocontrole e sobre falhas do sistema de progressão continuada. Alguns alunos disseram claramente que nada importa, pois irão “passar de ano” de qualquer forma. Parece que os alunos não sabem o sentido da progressão continuada. Sabem apenas que não serão reprovados. E não podemos cobrar isso deles, pois, tampouco, segundo as falas dos professores, eles mesmos não sabem o que ela significa.

Todas essas questões e outras mais foram discutidas com os professores nas reuniões de HTP e, a partir dos dados obtidos, refletimos em conjunto sobre as reclamações que os alunos fizeram de alguns deles, e o que eles, professores, poderiam estar fazendo para melhorar a didática em sala de aula. Algumas sugestões foram

levantadas para resolver os problemas de aprendizagem, da disciplina e do espaço físico, como as que seguem:

Quanto à aprendizagem:

- Dar uma atividade extra para os alunos mais adiantados, e dar aula para os outros, separadamente, dando-lhes atenção especial para detectar as dificuldades e superá-las.
- Formar pequenos grupos de alunos monitores para ajudar os que têm dificuldades. O professor deveria lhes dar instruções e ajuda quando necessário.

Quanto ao espaço físico:

- Solicitação de compra de mais ventiladores para serem instalados nas salas.
- Organização da sala de forma diferente, de maneira que as carteiras fossem colocadas não mais umas atrás das outras. Os alunos poderiam decidir como eles gostariam que ficassem distribuídas as carteiras.

Quanto à disciplina:

- Organizar e eleger um conselho de classe, composto por cinco alunos e um professor: começar fazendo uma reunião com a classe, ouvir suas sugestões. Este conselho teria a função de fazer valer as regras de convivência em sala de aula, construídas pela classe e deveria, durante o período da aula, anotar comportamentos inadequados que tumultuam a aula. No fim do período de aula, quando houvesse infrações, o conselho e a classe deveriam ficar um tempo a mais na escola, durante o qual chamaria o aluno infrator, que deveria justificar seu comportamento para a classe. A classe, então, decidiria o que o aluno deverá fazer no dia seguinte para melhorar o seu comportamento. Este conselho precisaria, no início, da ajuda da coordenadora, para não cair no sistema de punição a que estava acostumada. O fundamento era chegar à razão de tal indisciplina e corrigi-la.



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba
ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2002 terminou e o trabalho chegou até o final das entrevistas. No início do ano letivo seguinte, 2003, iniciamos nova reunião com os professores no horário de HTP. Houve algumas mudanças, a diretora mudou, os professores não são mais os mesmos. Alguns, que são os efetivos, permaneceram na escola, mas mudaram quase todos os ACTs.

Na primeira reunião de 2003, foi novamente exposta a proposta aos novos professores, que se mostraram interessados. A nova Diretoria aprovou o trabalho e permitiu que ele tivesse continuidade. As reuniões com os professores continuaram e começamos a trabalhar com a ajuda de alguns textos sobre disciplina e sobre regras.

Com os alunos da classe agora na 8ª série, retomamos o diálogo. Durante uma aula, todas as 5ª feiras, os alunos tinham um encontro com a pesquisadora que dialogava com eles a fim de ajudá-los a pensar sobre suas atitudes em sala de aula. Estes encontros foram marcados, no início, por muito descontrole por parte dos alunos; aos poucos eles foram aprendendo a ter autocontrole. No entanto, este autocontrole ainda era precário e necessitava da tomada de consciência quase que o tempo todo. No final do primeiro semestre de 2003, estava ficando bem claro para os alunos que ter autonomia significava também respeito às regras.

Juntamente com a coordenadora, elaboramos um projeto de trabalho visando iniciar o diálogo com as outras classes também. Este projeto foi acoplado ao planejamento da escola e apresentado na Diretoria de Ensino. Antes que acontecesse esta segunda parte do trabalho (a primeira ainda não havia terminado), a escola foi municipalizada. Todo o projeto ficou parado, inclusive o que já havia sido iniciado no ano anterior com a 7ª série. A escola fez somente um contato com a pesquisadora pedindo que ela esperasse um novo contato, o que não ocorreu até o segundo semestre



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba
ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

do ano de 2004. Esperava-se que o projeto tivesse continuidade e que a escola pudesse desfrutar do trabalho da psicologia escolar em parceria com os professores.

Entendemos que não cabe ao psicólogo escolar interferir nas questões pedagógicas da escola, mas ele pode dar suporte, tanto para professores como para os alunos, nas questões que envolvem as relações em sala de aula. Até o momento, a escola em questão não nos procurou para dar continuidade a esse processo de refletir com ambos, professores e alunos, a relação entre eles, que poderia ser mais afetiva, promovendo com mais eficácia a aprendizagem.

Mesmo assim, o trabalho continuou incitando, tanto os professores quanto os alunos, a continuarem a reflexão sobre os conflitos em sala de aula e a melhor forma de solucioná-los. A reflexão e o confronto de idéias podem ser o caminho para melhorar as condições de vida dentro da escola. As interações podem fluir com maior suavidade quando os alunos forem sujeitos co-construtores e co-transformadores das regras de convivência em sala de aula e na escola. Esta era a finalidade do trabalho, ou seja, incluir o aluno nas discussões sobre suas atitudes e comportamentos em sala de aula, ajudá-lo na tomada de consciência sobre sua conduta e sobre seu papel junto à classe.

Entendemos que discutir com professores temas que dizem respeito ao seu cotidiano é uma forma de ajudá-los a compreender as demandas da sala de aula. E colocar o aluno dentro das discussões a respeito da disciplina na sala de aula é uma forma de lhe dar chance de refletir sobre sua conduta, responsabilizar-se e zelar pela tranquilidade da sala de aula. Entendemos, também, que reproduzir as relações já existentes é manter-se neste círculo vicioso em que os professores acusam os alunos de serem indisciplinados e os alunos acusam os professores de serem agressivos, distantes e incompreensíveis, além de maus professores. Romper com este círculo vicioso pode ser mais frutífero que o recurso à punição por parte dos professores e à indisciplina por parte dos alunos, além de permitir um clima mais ameno e mais motivador para ambos.



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba
ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

Enfim, levar os alunos, principalmente os do segundo ciclo do ensino fundamental, a terem autonomia, como propõe Piaget em seus estudos, só pode ser conseguido através de longo processo de reflexão, que inclui a escola como um todo, os professores e os alunos. Sem um destes seguimentos não podemos falar de autonomia e sim de heteronomia, aquela que a escola e os alunos já conhecem. É possível, sim, termos alunos mais autônomos na escola, mas é preciso mudar a concepção do que é disciplina e indisciplina na sala de aula, além de mudar a atitude de fomentar a heteronomia, a que a escola sempre esteve sujeita, para a de autonomia. Autonomia que ela não conhece.

REFERÊNCIAS

CHAKUR, C. R. S. L. O social e o lógico-matemático na mente infantil. Cognição, valores e representações ideológicas. São Paulo: Arte e Ciência, 2002.

DIAS DA SILVA, M. H . G. F. Passagem sem rito. As 5as. séries e seus professores. Campinas: Papyrus, 1997.

KAMII, C. e D'CLARK, G. Reinventando a Aritmética: implicações da teoria de Piaget. Campinas: Papyrus, 1988.

KESSELRING, T. Piaget. Petrópolis: Vozes, 1993.

MACEDO, L. Para um discurso das regras na escola ou na psicopedagogia: uma análise construtivista. Cadernos de Pesquisa: São Paulo, n. 87, 1993.

PIAGET, J. O juízo moral na criança. São Paulo: Summus, 1994.



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba

ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

Rita de Cassia da Silva

Psicóloga pela PUC Campinas

Doutoranda pela Unesp/Araraquara.

E-mail: airtonjo@netsite.com.br

Endereço para correspondência: Rua Messias da Silva Passos Ferreira, no. 169 –
Residencial Arantes Ferreira – CEP 14340.000 - Brodowski – SP Telefone residencial:
(016) 3664-2341

